

Educom.Saude-SP – um projeto de mobilização do poder público e da população paulista para ações integradas na vigilância e controle do mosquito *Aedes aegypti*

*Educom.Saude-SP - a project to mobilize the public power and the population of São Paulo for integrated actions to the mosquito *Aedes aegypti* surveillance and control*

Ismar de Oliveira Soares^I; Claudemir Edson Viana^{II}; Irma Teresinha Rodrigues Neves Ferreira^{III}; Lucia Fátima Henriques^{IV}

^IPresidente da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação;

^{II}Coordenador do NCE/USP – Núcleo de Comunicação e Educação da USP; ^{III}Assessora Técnica de Saúde Pública, Diretoria de Combate a Vetores, Superintendência de Controle de Endemias, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; ^{IV}Pesquisadora da Sucen – Superintendência de Controle de Endemias, Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo, Brasil

A mobilização em torno do desafio de reduzir a incidência das doenças provocadas pelo *Aedes aegypti* trouxe uma nova meta para a prática educacional no Brasil. Trata-se do Projeto Educom.Saúde-SP, desenhado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com a assistência de especialistas da Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores em Educomunicação (ABPEducom) e do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP), tendo como objetivo contribuir para a formação de profissionais de saúde na promoção e articulação de ações voltadas à vigilância e ao controle das arboviroses urbanas.

Em uma perspectiva de médio prazo, espera-se que sejam construídos coletivamente núcleos de Educomunicação nos municípios do estado, para planejamento e desenvolvimento de projetos de interesse comum, integrando, no mesmo esforço, representantes das diferentes secretarias de governo, do sistema de educação,

da mídia local, das organizações mantidas pela sociedade civil e, especialmente, das famílias, com suas crianças e jovens.

O cenário

As doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* são motivo de preocupação internacional, levando em conta sua competência em transmitir aos seres humanos doenças arbovirais como dengue, chikungunya, Zika e febre amarela, na área urbana (Lima et al., 2015).

A ocorrência de arboviroses relaciona-se com fortes determinantes e condicionantes sociais e requer em seu enfrentamento uma abordagem interdisciplinar e integrada, de caráter eco-bio-social.^a

Dentre estes fatores ganha peso a falta de estrutura urbana, com problemas decorrentes relacionados ao abastecimento de água, ao destino do lixo, à urbanização desordenada e acelerada, ao intenso deslocamento de pessoas

a. A abordagem eco-bio-social possui três elementos principais: (I) transdisciplinaridade: implica uma visão inclusiva dos problemas de saúde relacionados com o ecossistema; (II) participação dos interessados: envolve diversos parceiros, inclusive a comunidade local e (III) equidade: compreende a participação equânime de homens e mulheres e diferentes grupos sociais no envolvimento com as ações de combate ao *Aedes*. Na prática, essa abordagem é conduzida por vários setores da comunidade, incluindo a educação em saúde e ambiental e o uso de ferramentas mecânicas, sem a utilização de inseticidas para controle vetorial (Lima et al., 2015).

e ao descarte inadequado de inservíveis que contribuem, em seu conjunto, para o aumento da infestação de mosquitos, que se reproduzem nos mais diferentes tipos de recipientes artificiais (Tauil, 2006, Brasil, 2009).

Neste contexto, as pesquisas entomológicas indicam que os mosquitos são encontrados justamente nas residências onde vivem e se reproduzem, encontrando abrigo e alimentação (Chiavalotti, 1999).

Frente ao exposto, ganham importância ações de participação efetiva da população e do poder público, desenhadas e implementadas de forma integrada, direcionadas à interrupção da cadeia de transmissão de doenças, por meio da eliminação de mosquitos, especialmente na sua forma larvária. No caso, a forma mais eficaz de combatê-los é manter o ambiente domiciliar e seus entornos (como praças e terrenos vazios) seguros e saudáveis, livres de focos do mosquito por meio da ação vigilante da própria população (BRASIL, 2009).

Foi prevendo situações como esta que a Lei 13.595/2018 estabeleceu, como parte das atividades típicas do Agente de Combate às Endemias, “a mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores”. No caso, o que se busca é justamente estimular os agentes em suas ações junto à população, especialmente aquelas voltadas à incorporação, nos hábitos dos cidadãos, de um permanente autocuidado no ambiente doméstico. Para

tanto, um diálogo constante dos agentes com os saberes culturais, sociais e populares – já recomendado pela lei 11.350/2006 e previsto na metodologia educacional – poderia resultar num indispensável “fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS”, levando aos resultados esperados pelas políticas públicas no âmbito do controle de tais doenças.^b

No caso específico do Estado de São Paulo, a opção pela Educação decorreu de uma recomendação da Oficina denominada “Revisão das Bases Técnico-científicas para elaboração do Programa de Prevenção e Controle das Arboviroses no ESP”, promovida pela Secretaria Estadual da Saúde, em parceria com o Conselho dos Secretários Municipais da Saúde – Cosems, entre 18 e 20 de outubro de 2017.

Educação: participação e diálogo

A Educação é definida como um campo de práticas próprias da interface Comunicação/Educação. Compreendida como uma área de intervenção principalmente social, o conceito vem se consagrando como um mobilizador de ações com intencionalidades educativas, implementadas a partir de processos comunicativos dialógicos, tendo como meta a ampliação da capacidade comunicativa dos sujeitos e grupos sociais, beneficiando, desta forma, a consolidação de programas voltados para o pleno exercício da cidadania, nos mais diversos campos do agir humano.

b. Segundo o Art. 3º, § 1º, da Lei 11.350/2006, as ações de promoção e prevenção passam a ser exercidas a partir dos referenciais de Educação Popular em Saúde, esta entendida como as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS, (Benício, 2018).

de Estado da Saúde de São Paulo, por um debate em torno de uma proposta metodológica denominada “Inovação aberta em Saúde”.

Foi o que ocorreu com a disseminação, entre os agentes de saúde, de um manual orientador para ações no âmbito do diálogo social, envolvendo tanto a prática da pesquisa quanto a intervenção na realidade, privilegiando os processos colaborativos. Trata-se do livro *Inovação Aberta em Saúde*, um guia para a transformação da saúde por meio da colaboração (novembro de 2017), de autoria de Madeleine Gabriel, Isaac Stanley e Tom Saunders, vinculados à fundação britânica Nesta, contando, na edição distribuída pelo governo do estado, com a assistência da equipe do projeto “São Paulo: Inovação aberta em Saúde”. O modelo de planejamento adotado visa à promoção de parcerias colaborativas, envolvendo institutos de pesquisa, empresas, universidades, órgãos e entidades de governo e organizações do terceiro setor <http://ses.sp.bvs.br/wp-content/uploads/2018/06/Guia_Inova%C3%A7%C3%A3o-Aberta-em-Saude_20181.pdf>.

Afirma o manual:

- Aplicada à Saúde, a inovação tem uma ampla gama de significados. A inovação em Saúde inclui inovações em assistência médica, bem como inovações para prevenir doenças e promover a saúde e o bem-estar. A inovação pode também assumir a forma de novos produtos, serviços, processos, organizações e políticas. Na verdade, ela muitas vezes envolve vários desses conceitos simultaneamente. Para que uma inovação tecnológica possa ser

bem-sucedida, pode ser necessário, por exemplo, que sejam desenvolvidas tecnologias complementares, novos modelos de negócios, novos processos, novos papéis para pacientes e clínicos ou ainda que ocorram mudanças de políticas. (Capítulo 2, *Inovação aberta em Saúde: uma visão geral*, p. 14)

Uma das mudanças previstas na filosofia da “Inovação Aberta” consiste no reconhecimento de que existe um saber popular e de que toda ação de promoção em saúde (incluindo a identificação de problemas; a busca de soluções, onde ocorrem as fases da invenção e da própria adoção de novos procedimentos; bem como os processos comunicativos próprios dos processos como difusão, revisão ou mesmo proteção contra riscos) deve levar em conta um diálogo próximo com o potencial ativo estabelecido ao longo do tempo, na raiz da sociedade (Temas tratados no capítulo 3 do livro *Inovação Aberta em Saúde*, p. 23-63).

No caso, a Educomunicação se estabelece justamente como uma prática facilitadora deste diálogo possível e esperado, constituindo-se, efetivamente, como numa nova tecnologia social a serviço da Saúde.

Uma Tecnologia Social

A expressão Tecnologia Social pode ser definida como uma modalidade de procedimentos que articula coletivos, colocando em marcha processos de trabalho decorrentes de um acordo implícito que privilegia a participação dos sujeitos sociais. Em termos qualitativos, o conceito tem sido utilizado pelas organizações sociais para designar as ações que atendam aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade

e impacto social comprovado (https://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologia_social). A Educomunicação, ao aproximar-se deste conceito, a ele agrega elementos atitudinais que se expressam em disposição para o compartilhamento, o diálogo e a participação, além de uma abertura para o uso colaborativo dos recursos da informação e da comunicação.

Enquanto uma tecnologia social, a eficácia da Educomunicação dependerá, contudo, da existência de condições favoráveis, entre as quais: (I) programas formativos abrangentes, que cheguem a todos os setores a serem envolvidos no processo, garantindo sinergia de ações e (II) apoio institucional suficiente que favoreça o exercício da prática comunicativa dialógica, na própria base da sociedade com a qual se queira dialogar.

A identidade e a eficiência da Tecnologia Social Educomunicativa são garantidas por certo grau de ação autogestionária, visando o uso dos recursos técnicos para se alcançar propósitos comumente definidos (Dagnino, 2014).

É justamente a perspectiva da Tecnologia Social que preside a proposta da prática prevista pelo projeto Educom.Saúde.SP, na expectativa de que os agentes de saúde tenham condições de promoverem articulações, nos espaços dos territórios municipais, envolvendo lideranças e organizações em propostas de trabalho que priorizem o exercício da expressão comunicativa por parte dos membros das comunidades locais: que as denominadas “campanhas” “direcionadas ao povo” se transformem em campanhas “propostas pelo povo”.

A partir desta perspectiva, uma efetiva factibilidade pode ser esperada da Educomunicação no espaço da promoção da saúde, desde que as comunidades – nelas

incluindo as crianças e os jovens, a partir de suas escolas, assim como os adultos a partir de seus órgãos comunitários – descubram que o tema da preservação da saúde é de interesse coletivo. Isso se dará se ao trabalho dos agentes de saúde se somar o necessário apoio da política pública para acolher e implementar as práticas que a criatividade coletiva inspirar.

Em outras palavras: que práticas de “inovação aberta”, de “tecnologia social” e de “educomunicação” se unam para superar a visão verticalista e funcionalista dos procedimentos tradicionais no campo da promoção da saúde, dando vez e voz aos indivíduos e aos grupos sociais interessados em oferecer suas contribuições para melhorar o bem-estar de todos.

Da natureza dos processos educacionais

É importante lembrar, nesta altura do texto, que o agir educacional distingue-se do agir comunicativo próprio da indústria cultural, bem como da comunicação organizacional, de onde derivam os procedimentos voltados para a publicização das ações em saúde, especialmente na produção e veiculação das campanhas na área.

A indústria cultural pressupõe processos de produção e veiculação de mensagens profissionalmente conduzidas e eficientemente direcionadas a receptores anônimos, massivamente incluídos na categoria ampla de consumidores.

Tal prática tem como carros-chefes o jornalismo, a publicidade, o marketing e a produção cultural. No caso, setores da sociedade assumem o papel de informar, persuadir, divertir e mobilizar, sendo para

tanto sustentados e remunerados tanto por patrocinadores quanto pelos usuários dos serviços, ganhando legitimidade os que suplantarem os concorrentes pela qualidade dos produtos que oferecem ou pela sedução que provocam. A comunicação organizacional usa parâmetros semelhantes no manejo de mensagens junto aos seus públicos interno e externo. Nos dois casos, encontramos-nos diante do que se denomina como um modelo essencialmente funcional de comunicação, levando em conta que são promovidos sob rígida hierarquização de funções.

Já o agir educomunicativo tem como base: I) a integração, articulação e circulação de saberes, informações e bens simbólicos; II) no contexto das teias de convivência formadas pelos sujeitos sociais em diálogo; III) traduzindo uma ordem solidária e colaborativa de produção e disseminação; IV) atendendo o que se entende por cidadania e bem comum.

No caso, os participantes de programas formativos em educomunicação são convidados a identificar a natureza dos diferentes processos comunicativos e suas adequações aos seus objetivos específicos. Levando em conta tal necessidade, os cursistas se defrontam com as limitações das práticas funcionalistas de comunicação quando as metas a serem alcançadas exigem, como resposta, mudanças permanentes de atitudes ou efetiva mobilização em torno de causas de interesse coletivo, como é o tema da Saúde Pública. Foi, na verdade, o que a Oficina “Revisão das Bases Técnico-científicas para elaboração do Programa de Prevenção e Controle das Arboviroses no ESP”, de outubro de 2017, acabou por constatar.

Ao contrário do que se espera a partir do paradigma jornalístico (sentir-se informado, pela confiança depositada no trabalho do profissional da imprensa), da publicidade (sentir-se motivado a alinhar-se ao mercado) ou do marketing (sentir-se compelido a aderir a conceitos ou a imagens sobre instituições, produtos ou pessoas), o que se busca, mediante o paradigma educomunicativo, é a construção de consensos em torno de causas comuns, de interesses coletivos, possíveis mediante uma práxis mobilizadora, essencialmente dialógica.

Ao contrário da comunicação funcional, que depende essencialmente de estruturas industriais para existir, a comunicação educomunicativa se coloca como transversal às práticas sociais, dependendo essencialmente das atitudes e das iniciativas dos indivíduos e dos grupos. Ela se dissemina, portanto, a partir da mobilização das pessoas/instituições envolvidas com os mesmos propósitos. As tecnologias não são descartadas. Ao contrário, são tomadas como essenciais, lutando-se por sua acessibilidade, para que as comunidades delas possam fazer uso com autonomia.

Para existir e ser eficaz a Educomunicação necessita, pois, de processos de formação iniciais e continuados. Trata-se, na verdade, de uma “reeducação comunicativa”, levando em conta as mudanças de compreensão do que seja a prática comunicativa mais adequada aos propósitos da área da Saúde Pública.

A Educomunicação como política pública

Para um melhor entendimento da exequibilidade da prática educomunicativa, é válido observar a maneira como a Educomunicação vem se implantando em

dois casos que se converteram em “políticas públicas”, no Brasil.

1º Caso: Educom.rádio – projeto voltado a melhorar as relações das pessoas nas comunidades escolares, objetivando substituir atitudes violentas por atitudes colaborativas. Foi implantado junto aos agentes educativos (professores, alunos e membros das comunidades educativas) vinculados às escolas da rede de educação do município de São Paulo. Sua implantação ocorreu entre 2001 e 2004, junto a 455 escolas, mediante cursos de extensão cultural oferecidos em polos para onde afluíam 25 representantes de cada unidade escolar, com atividades ao longo de 12 sábados de um semestre, num total final de sete semestres <<https://www.youtube.com/watch?v=FDEVvZY164U&t=753s>>.

O programa buscava desenvolver a habilidade de planejar propostas de trabalho que – a partir do desenvolvimento de mídias (impressos, rádio, vídeo, meios digitais) – valorizassem, ao final, o diálogo e a construção coletiva de um relacionamento sadio e criativo.

Ao todo foram beneficiados, nesse projeto específico, um total de 11 mil agentes educacionais, entre gestores, diretores, professores e alunos e membros comunitários. Entre 2001 e 2004, a Educomunicação reduziu imediatamente o índice de violência nas escolas, levando a Câmara Municipal a criar – como já aludido – a Lei Educom, mediante a qual as administrações do município se empenharam em manter e ampliar sua metodologia.

Nos dias atuais (primeiro semestre de 2019), depois de 18 anos de vigência, a Educomunicação alimenta 750 projetos

em escolas do município, beneficiando especialmente o potencial dialógico-comunicativo das novas gerações de paulistanos. Para a manutenção da coerência dos projetos com seus fundamentos teóricos e metodológicos, a prefeitura criou um Núcleo de Educomunicação na Secretaria de Educação, responsável por manter um processo de formação continuada em práticas educacionais, beneficiando seus gestores, professores e alunos <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Apresentacao-7>>.

No ano de 2019, o projeto educacional “Imprensa Jovem” da Secretaria Municipal de Educação – SME foi contemplado, entre 300 concorrentes, como um dos setes projetos inovadores em educação, no Brasil. O professor responsável pelo Núcleo de Educomunicação foi convidado para uma permanência no MIT Media Lab, vinculado ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos. Muito mais importante que um reconhecimento internacional, tem sido o entusiasmo dos estudantes que aderem ao projeto e o conforto com a proposta por parte dos gestores das escolas de educação infantil e fundamental, que lhe dão abrigo.

2º caso: a Educomunicação Socioambiental, em desenvolvimento junto a agentes vinculados às áreas de preservação ambiental mantidas pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, desde os meados da primeira década do presente século, preparando a população nas ações de preservação ambiental do Brasil. É o que se denomina, hoje, como Educomunicação Socioambiental, presente, inclusive, nas Conferências Infância-Juvenil sobre o Meio Ambiente, realizadas conjuntamente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério

do Meio Ambiente, a cada dois anos, mobilizando os estudantes de todo o país, para que se empenhem a favor de ações de preservação ambiental.

Os dois exemplos identificam alguns dos benefícios da Educomunicação, especialmente seu potencial para estimular trabalhos colaborativos envolvendo diferentes setores sociais. Para tanto, os líderes das comunidades interessadas em adotar a educomunicação necessitam receber formação inicial. É o que os órgãos responsáveis – a SME-SP e o MMA – promovem com coerência. Os documentos do MMA sobre Educomunicação estão acessíveis em: <http://www.cca.eca.usp.br/politicas_publicas>.

Quanto ao projeto Educom.Saúde-SP, suas metas incluem, em sua fase de expansão, a mobilização de profissionais parceiros de outras secretarias de estado e de organizações sociais interessados no tema da saúde pública. Como consequência, cabe à referida proposta tornar o paradigma educamunicativo igualmente conhecido e acessível para cada novo parceiro que vier a somar-se aos esforços comuns.

A mobilização de agentes da Secretaria de Saúde, no estado de São Paulo

Pelas justificativas apresentadas, a Educomunicação, enquanto “inovação aberta” e “tecnologia social”, mostra-se como um conceito adequado ao enfrentamento do desafio de se promover a mobilização da sociedade a partir da ação dos agentes da Secretaria de Saúde, no Estado de São Paulo.

A eficácia da Educomunicação mede-se, contudo, não exatamente, pela excelência da atuação individual de profissionais

especializados em sua prática, mas pela articulação que tais especialistas alcancem promover, envolvendo conjuntos de pessoas (como é o caso dos professores/alunos e membros das comunidades escolares, na área do ensino e/ou como os membros das populações locais promotoras da biodiversidade, no caso do Meio Ambiente). Em outras palavras, a Educomunicação na área da Saúde exigirá não apenas o envolvimento técnico e político dos órgãos centrais, mas, de forma igual, a formação de uma quantidade considerável de grupos envolvidos com a metodologia própria do novo conceito nos espaços locais, na esfera dos municípios.

Diante deste panorama, o que o Projeto Educom.Saúde-SP pretende promover é a sensibilização de um grupo específico de gestores da área da Saúde, para dar início a um processo complexo e de larga duração.

Aos primeiros técnicos atendidos pelo projeto, em 2019, confia-se a missão de planejar a expansão da formação educamunicativa por todo o Estado de São Paulo, iniciando-se com os municípios com mais de 100 mil habitantes. Nesses espaços é que os gestores necessitarão encontrar os aliados indispensáveis para as práticas educamunicativas que se pretenda ver implantadas. Lá estarão eles – crianças, jovens e adultos – nas escolas, nos centros de cultura, nas igrejas, nos clubes, nas empresas, no comércio, nas famílias. Para o êxito da proposta, a colaboração de especialistas na área será de grande valia. Tornando-se indispensável, por outro lado, ao longo dos anos subsequentes, a continuidade do apoio dado ao processo formativo inicial tanto pela Secretaria Estadual quanto pelas Secretarias Municipais de Saúde, em todo o Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. Luíse, D. Projetos de educomunicação trazem avanços para a saúde: profissionais contam experiências durante o IV Encontro Brasileiro de Educomunicação da USP [internet]. Instituto Claro; c2012. Disponível em <<https://www.institutonetclaroembratel.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/projetos-de-educomunicacao-trazem-avancos-para-a-saude>>. Ver também <<https://www.agenciajovem.org/wp/educomunicacao-e-saude>>.
2. Benicio LC. Lei Federal 13.595/2018: o novo regime jurídico dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias [internet]. JUS. Com.br; c2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/65581/lei-federal-13-595-2018-o-novo-regime-juridico-dos-agentes-comunitarios-de-saude-e-agentes-de-combate-as-endemias>>.
3. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2009.
4. Chiaravalloti Neto F. Epidemiologia da dengue nas regiões de São José do Rio Preto e Araçatuba, São Paulo, 1990 a 1996 [internet]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 1999. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-19092014-140415/en.php>>.
5. Consani MA, Morais HMM. Educomunicação e saúde: uma relação ainda por ser construída [internet]. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; 5-9 set 2016; São Paulo. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002792218.pdf>>.
6. Dagnino R. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7hbd/pdf/dagnino-9788578793272.pdf>>.
7. Gabriel M, Stanley I, Sunders T. Inovação Aberta em Saúde, um guia para a transformação da saúde por meio da colaboração. Secretaria de Governo, Governo do Estado de São Paulo, novembro de 2017. Disponível em <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/429.pdf>>.
8. Hurtado CN. Comunicação e Educação Popular: Educar para Transformar, Transformar para Educar. Petrópolis: Vozes, 1993.
9. Janes MW, Marques MCC. A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande São Paulo. Saúde Soc. [internet] 2013; 22(4):1205-15. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000400021>>.
10. Lago CL, Condeixa D, Romancini R. A gestão da Educomunicação na Saúde: análise de uma experiência. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/45823976561046228997562803542841328571.pdf>>.
11. Lima EP, Goulart MOF, Rolim Neto ML. Meta-analysis of studies on chemical, physical and biological agents in the control of *Aedes aegypti*. BMC Public Health. 2015 dez; 15:858.
12. Machado D, Lacerda J. Educomunicação comunitária em saúde atuando na prevenção das DST/Aids, Revista ALAIC, 2016. Disponível em: <<https://>>

- www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/viewFile/523/310>.
13. Moyses D, Souza FMS, Miranda GS, Dadalto MC. Educomunicação e saúde em sintonia no rádio, Revista Extensão em Foco, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/24880>>.
 14. Prefeitura de Belo Horizonte. Núcleo de Educomunicação Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/educacao-em-saude/educunicacao>>.
 15. Silva LP. Saúde Pública e Educomunicação: caminhos para a formação de um especialista em diálogo com a população, TCC, curso de Licenciatura em Educomunicação, 2005.
 16. Soares IO. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo, Paulinas Editora, 2011.
 17. Sousa CHM, Pereira GL, Oliveira GLB, Araújo LMN, Lopes MS, Sugita DM & Moura LR. (2019). “Percepção da População de Anápolis, Goiás sobre dengue, Zika e chikungunya”. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 11(4), e274. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e274.2019>>.
 18. Tauil PL. Perspectivas de controle de doenças transmitidas por vetores no Brasil. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. [internet]. 2006 Jun.; 39(3): 275-277. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822006000300010>>.
 19. Tuma ABC. A dengue na mídia: representações das cidades brasileiras veiculadas pela “Agência Brasil” e pelo “Estadão” em 2010 e 2013 [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322331>>.
 20. Viração & Unicef. Eu comunico, tu comunicas, nós educunicamos: Educomunicação. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_educunicacao_vira.pdf>.
-
-